

Nº 44

**COMUNICADO DO IPEA Nº 44
BRASÍLIA: IMPACTOS ECONÔMICOS DA
CAPITAL NO CENTRO-OESTE E NO PAÍS**

BRASÍLIA, 20 DE ABRIL DE 2010

Comunicados do Ipea

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República
Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Pérsio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

“A criação de Brasília, a interiorização do governo, foi um ato democrático e irretratável de ocupação efetiva do nosso vazio territorial”

Juscelino Kubitschek

Apresentação

Para além de uma mudança meramente administrativa, a iniciativa da construção de Brasília embutia um sonho de integrar uma vasta região do Brasil, então distante, despovoada e inexplorada, à comunidade e à economia nacional. Ao completar cinco décadas, a consolidação do sonho de Brasília comporta uma análise dos efeitos dessa realização. Ao Ipea cabe explorar essa transformação desde o ponto de vista social e econômico.

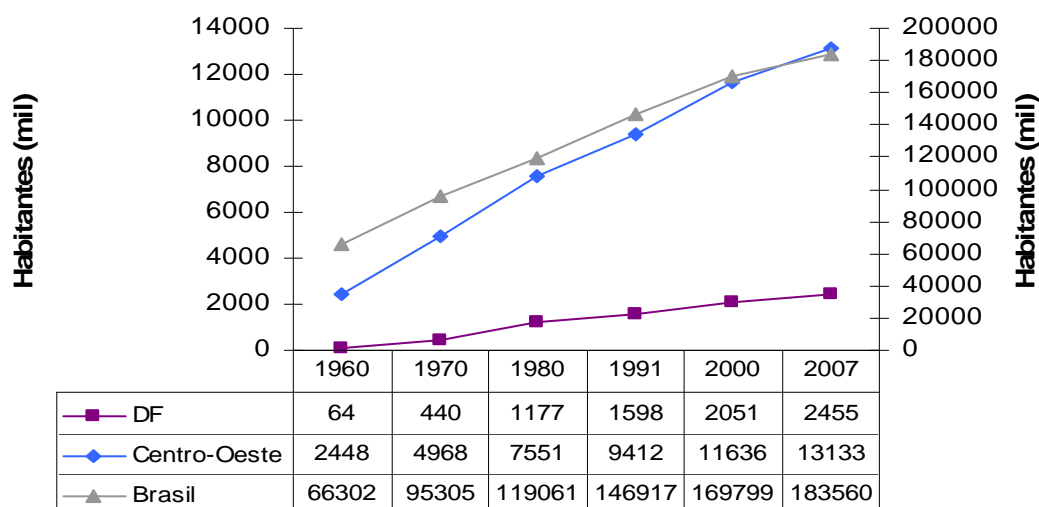
Este comunicado está dividido em três seções além desta introdução. Na seção seguinte, apresentamos a evolução da estrutura domiciliar no Distrito Federal (DF). Na seção 3, lidamos com a estrutura econômica do DF, ressaltando a sua relevância para o desenvolvimento do Centro-Oeste, e evolução da distribuição de renda e da estrutura ocupacional. Por fim, na última seção tecemos alguns comentários finais.

As principais informações adotadas por este Comunicado foram do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e do Ipeadata.

1. A evolução da estrutura domiciliar no Distrito Federal

Na figura 1, mostramos o número de habitantes no Distrito Federal, no Centro-Oeste e no Brasil entre 1960 e 2007. A população do DF saltou de pouco mais de 64 mil habitantes no ano de sua inauguração para cerca de 2,5 milhões de habitantes em 2007, o que representa um aumento de aproximadamente 3.700%. Isso claramente influenciou o aumento da população no Centro-Oeste que aumentou de 2,4 milhões para 13,1 milhões no mesmo período, um crescimento de 430%, mais de duas vezes maior que o aumento da população nacional (180%).

Figura 1: População (mil habitantes) 1960-2007; DF, Centro-Oeste, Brasil



Fonte: IBGE

Ao longo de sua história, a composição dos domicílios no Distrito Federal teve alterações relevantes. Vemos na tabela 1 que o número médio de pessoas por domicílio passou de 4,81 em 1978 para 3,34 em 2008, uma queda de pouco mais de 30%. É interessante notar que o tamanho médio dos domicílios de Brasília não é distinto daquele do restante do País. Portanto, o número de pessoas por domicílios se tornou ligeiramente maior no DF do que a média nacional.

Tabela 1: Número médio de pessoas por domicílio: 1978-2008 (DF e Brasil)

Ano	DF	Brasil
1978	4,81	4,88
1988	4,25	4,32
1998	3,80	3,79
2008	3,34	3,32

Fonte: PNAD-IBGE

A distribuição dos chefes de famílias por faixa etária também apresenta importantes modificações. De modo geral, se reduziu a proporção de domicílios chefiados por adultos entre 16 e 39 anos, ao mesmo tempo em que aumentou a proporção daqueles chefiados por pessoas com mais de 40 anos, refletindo não apenas o processo de envelhecimento da população, mas também o fato de que a constituição de uma família tem ocorrido em uma etapa posterior da vida. Em comparação com a média nacional, observamos que o processo de envelhecimento do chefe de família foi mais intenso no DF, ou seja, os chefes costumavam ser mais jovens no Distrito Federal, ao passo que a estrutura etária dos chefes foi se aproximando da média nacional ao longo do tempo.

Tabela 2: Proporção dos chefes de família por faixa etária: 1978-2008 (DF e Brasil)

Faixa Etária		Ano			
		1978	1988	1998	2008
De 7 a 15 anos	<i>Brasil</i>	0,04	0,03	0,08	0,07
	DF	0,02	0,06	0,04	0,06
De 16 a 24 anos	<i>Brasil</i>	8,3	7,6	7,6	6,2
	DF	11,4	9,7	9,9	6,2
De 25 a 39 anos	<i>Brasil</i>	38,0	37,7	34,5	30,7
	DF	49,5	46,8	40,9	36,0
De 40 a 54 anos	<i>Brasil</i>	30,6	29,5	30,9	32,6
	DF	29,0	30,2	31,2	34,4
De 55 a 64 anos	<i>Brasil</i>	13,6	14,6	14,5	16,2
	DF	7,4	10,2	12,0	14,0
65 anos ou mais	<i>Brasil</i>	9,5	10,6	12,5	14,2
	DF	2,7	3,0	6,1	9,4

Fonte: PNAD-IBGE

Outro ponto que distingue o DF do resto do País é a velocidade do aumento da proporção de domicílios chefiados por mulheres. Como pode ser observado na tabela 3, o DF, em 1978, possuía uma porcentagem menor de mulheres chefe de família (13,04% dos domicílios contra 14,12% no Brasil). Entretanto, em 2008, a proporção de domicílios chefiados por mulheres era muito maior no DF (43,66% contra 33,43%).

Tabela 3: Proporção de domicílios chefiados por mulheres: 1978-2008 (DF e Brasil)

Ano	DF	Brasil
1978	13,04	14,12
1988	21,86	17,88
1998	33,13	23,12
2008	43,66	33,43

Fonte: PNAD-IBGE

Na tabela 4, mostramos a proporção de domicílios com idosos. Percebemos que há um contingente bem menor de domicílios com idosos no DF do que no resto do Brasil, não obstante, a proporção de idosos nos domicílios cresceu muito mais rapidamente no Distrito Federal (saltou de 10,49% em 1978 para 20,25% em 2008).

Tabela 4: Proporção de domicílios com idosos: 1978-2008 (DF e Brasil)

Ano	DF	Brasil
1978	10,49	22,39
1988	10,37	23,31
1998	15,53	25,09
2008	20,25	27,46

Fonte: PNAD-IBGE

Tabela 5: Distribuição proporcional dos domicílios com a presença de idosos e tipo de arranjo: 1978-2008 (DF e Brasil)

Tipo domicílio		Ano			
		1978	1988	1998	2008
Casal sem filhos	<i>Brasil</i>	18,80	19,5	20,6	23,7
	DF	13,38	15,0	14,6	19,4
Casal com filhos	<i>Brasil</i>	49,8	44,0	37,9	30,4
	DF	58,4	46,1	42,7	39,0
Mãe com filho	<i>Brasil</i>	11,7	13,0	15,9	16,8
	DF	11,9	17,4	23,3	18,8
Mulher sem filho	<i>Brasil</i>	11,1	13,8	15,9	18,1
	DF	7,2	10,2	11,9	15,3
Pai com filho	<i>Brasil</i>	2,9	3,4	3,2	3,1
	DF	2,7	4,2	2,1	2,5
Homem sem filho	<i>Brasil</i>	5,7	6,4	6,6	8,0
	DF	6,5	7,2	5,3	5,0

Fonte: PNAD-IBGE

Na tabela acima, reportamos o tipo de arranjo familiar dos domicílios que contam com a presença de idosos. Podemos notar uma queda na importância de domicílios de casal com filhos no cuidado dos idosos (queda de 58,4% em 1978 para 39% em 2008), e um aumento na participação de outros tipos de arranjos familiares, principalmente mulheres com ou sem filhos, que subiram de cerca de 19% em 1978 para 34% em 2008.

Tabela 6: Proporção de domicílios particulares permanentes com acesso a água canalizada, rede geral de esgoto e coleta de lixo por código de situação censitária: 1988-2008, DF.

Ano		Água canalizada	Coleta de Lixo	Rede de Esgoto
1988	Urbana	321.414 95,7	324.054 96,5	293.291 87,3
	Rural	6.374 37,7	5.275 31,2	6.374 37,7
1998	Urbana	424.824 95,3	440.967 98,9	413.318 92,7
	Rural	37.078 61,0	45.462 74,8	18.015 29,7
2008	Urbana	688.339 97,6	704.531 99,9	628.745 89,1
	Rural	20.693 51,1	28.336 70,0	8.772 21,7

Fonte: PNAD-IBGE

Na tabela 6, apresentamos a proporção de domicílios com acesso a água canalizada, rede geral de esgoto e coleta de lixo em regiões urbanas e rurais do DF. Vemos que enquanto na área urbana o DF apresenta, já desde 1988, altos índices de saneamento básico, nas áreas rurais, os avanços são bem mais limitados. Há uma queda no acesso ao saneamento básico na área rural do DF entre 1998 e 2008, o que indica que o investimento público não acompanhou a velocidade de expansão dessas regiões (nota-se também uma queda no acesso à rede de esgoto na área urbana).

2. A evolução da estrutura econômica do Distrito Federal

2.1 A importância de Brasília para o Centro-Oeste

A tabela 7 registra ao longo desses 50 anos o avanço da participação da economia brasiliense na composição do Produto Interno Bruto (PIB) regional e deste sobre o PIB brasileiro.

Tabela 7: Relação percentual entre o PIB do Distrito Federal (DF) e o da Região Centro-Oeste(CO) entre si e com o do Brasil ao longo da história do Distrito Federal

Relação	1960	1965	1970	1980	1985	1991	1996	2000	2007
PIB DF/PIB Brasil	0,04	0,34	1,26	1,99	1,37	2,32	2,12	2,69	3,76
PIB DF/PIB CO	1,51	9,72	32,66	35,88	28,42	36,85	33,80	37,46	40,45
PIB CO/PIB Brasil	2,46	3,49	3,87	5,56	4,81	6,28	6,28	7,17	9,28

Fonte: Ipeadata. Nota: O PIB do Estado do Tocantins foi incluído no PIB do Centro-Oeste ao longo de todo o período para que fosse mantida a comparabilidade.

Percebe-se que a criação de Brasília teve grandes consequências para o Centro-Oeste. De uma região agreste e inexplorada que, até 1960, representava pouco mais de 1% da produção regional (sendo que durante os anos de construção o próprio conceito de PIB é escorregadio), o Distrito Federal partiu para um escalar acentuado de crescimento até atingir, em 2007 (último dado disponível) cerca de 40% de todo PIB regional, não se levando em conta a população que habita e trabalha no seu entorno.

Portanto, funciona hoje como um pólo econômico para toda uma ampla área do interior do Brasil, que ultrapassa inclusive as fronteiras estritas da região Centro-Oeste. A participação na produção nacional elevou-se também em termos igualmente impressionantes, da quase irrelevância estatística dos centésimos de ponto percentual para 3,76% do PIB brasileiro.

Essa escalada contribuiu decisivamente para a ampliação da participação na produção nacional do PIB da região Centro-Oeste, que vai de 2,46% em 1960 para 9,28% contemporaneamente.

A tabela 8 ajuda a compreender melhor a dimensão desses números e a importância de Brasília no conjunto das unidades da federação ao ilustrar qual é a proporção de população entre Distrito Federal, região Centro-Oeste e Brasil.

Tabela 8: Relação percentual entre as populações do Distrito Federal(DF) e a Região Centro-Oeste(CO) entre si e com a do Brasil

	Pop.DF/Pop.Brasil	Pop.DF/Pop.CO	Pop.CO/Pop.Brasil
2009	1,34%	17,16%	7,83%

Fonte: IBGE. Nota: O Estado do Tocantins foi incluído na Região Centro-Oeste para manter a comparabilidade com a Tabela 1.

Percebe-se que a população brasiliense corresponde a apenas 1,34% do total nacional. Como já visto, aí se gerou 3,76% da riqueza em 2007. Assim, o índice de produção não fica longe de triplicar a sua representatividade populacional.

Por outro lado, o Distrito Federal detém 17,16% da população regional (Centro-Oeste acrescido de Tocantins, para aproveitar melhor o potencial comparativo das séries históricas) e representa 40,45% do PIB regional, quase duas vezes e meia mais relativamente à participação populacional.

Por fim, observa-se que os 7,83% da população do Centro-Oeste (sempre se acrescentando Tocantins) geram 9,28% do PIB total. Ou seja, a região Centro-Oeste encontra-se hoje acima da média brasileira, em termos de renda per capita. E isso se deve fundamentalmente ao efeito direto de Brasília, como se verifica pelos números apresentados, e também pelo efeito dinamizador que a sua instalação desencadeou. Hoje o interior, por exemplo, de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul contém vastas regiões de agricultura e pecuária avançada, contribuindo significativamente para a produção primária brasileira. O “celeiro”, a fronteira agrícola nacional nas últimas décadas se concentra, sobretudo, na região. É difícil simplificar uma relação de causa e efeito, buscando em Brasília a razão dessa transformação, mas certamente desempenhou o seu papel.

Pelo apresentado até aqui se conclui que a proposição inicial de Juscelino Kubitschek cumpriu-se em ampla medida. O Centro-Oeste não é mais um vazio territorial, sem gente e sem atividade econômica significativa. Integrou-se ao conjunto do País, desenvolve seus potenciais e até determina, em boa medida, o potencial de toda a nação. O Distrito Federal desempenhou papel relevante nessa transformação.

2.2 A Distribuição de renda e pobreza no Distrito Federal

Na tabela 9, reportamos a evolução do coeficiente de Gini, com e sem as transferências de renda do governo com o intuito de acompanhar o grau de desigualdade da distribuição de renda no DF.¹ Podemos perceber que em 1978, a distribuição de renda era melhor no Distrito Federal do que no resto do país (0,55 contra 0,60). No entanto, a situação se inverteu dramaticamente ao longo dos últimos 30 anos. Em 2008, o grau de desigualdade no DF era consideravelmente maior que no restante do País (0,63 contra 0,55).

¹ O coeficiente de Gini se situa entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, pior será a distribuição de renda.

Tabela 9: Coeficiente de Gini, com e sem as transferências de renda do governo: 1978-2008, Brasil e DF.

	1978			1988			1998			2008		
	COM transf.	SEM transf.	%	COM transf.	SEM transf.	%	COM transf.	SEM transf.	%	COM transf.	SEM transf.	%
Brasil	0,60	0,61	2,4	0,62	0,64	3,3	0,60	0,63	5,2	0,55	0,59	7,1
DF	0,55	0,55	0,5	0,61	0,61	1,0	0,63	0,62	-0,5	0,63	0,63	0,8

Fonte: PNAD-IBGE.

A evolução da distribuição de renda no DF acompanhou o agravamento da desigualdade nas décadas de 80 e 90. Entretanto, apesar de a desigualdade de renda ter melhorado no Brasil a partir de 2001, a distribuição da renda permaneceu inalterada no DF em níveis muito elevados de desigualdade.

Outro ponto de destaque é que enquanto as transferências de renda do governo contribuem para reduzir o grau de desigualdade no País (e de forma crescente ao longo do tempo), no DF, as transferências governamentais praticamente não afetam a distribuição. Inclusive, as transferências aumentaram a desigualdade em 1998.

Sem dúvida, essas diferenças da distribuição de renda entre o DF e o Brasil podem ser explicadas pelas diferenças na estrutura ocupacional, especialmente a alta concentração de funcionários públicos federais no DF. O crescimento da renda do trabalho a partir de 2001 foi bem maior para os mais pobres do que para os trabalhadores de maior renda. Porém, entre os trabalhadores de alta renda, os funcionários públicos estão entre aqueles que apresentaram maiores aumentos salariais.

Dessa forma, enquanto a desigualdade caía no País, estagnava no DF. Por outro lado, a elevação das transferências governamentais também beneficiou os mais pobres, contribuindo para a queda da desigualdade. No entanto, a elevada proporção de funcionários públicos com elevados salários no DF explica porque as transferências governamentais, principalmente através da previdência, mantêm o grau de desigualdade constante.

Na tabela 10, reportamos a porcentagem da população de acordo com o nível de pobreza de sua renda familiar². Vemos que apesar da manutenção de elevados índices de desigualdade de renda, reduziu-se o número de indigentes e pobres no DF, acompanhando a tendência nacional (a proporção de indigentes caiu de 22,09% em 1978 para 7,45% em 2008, ao passo que a proporção de pobres caiu de 19,69% para 13,22%).

Tabela 10: Níveis de Pobreza; 1978-2008, DF e Brasil

	Nível de Pobreza (1978)				Nível de Pobreza (1988)			
	Indigente	Pobre	Pobreza relativa	Não-Pobre	Indigente	Pobre	Pobreza relativa	Não-Pobre
DF	22,09%	19,69%	27,98%	30,25%	13,83%	26,35%	20,72%	39,10%
Brasil	47,28%	8,64%	24,36%	19,71%	32,76%	12,65%	23,03%	31,57%
	Nível de Pobreza (1998)				Nível de Pobreza (2008)			
	Indigente	Pobre	Pobreza relativa	Não-Pobre	Indigente	Pobre	Pobreza relativa	Não-Pobre
DF	11,35%	28,73%	16,46%	43,45%	7,45%	13,22%	37,02%	42,30%
Brasil	21,78%	12,57%	21,56%	44,09%	12,54%	18,87%	44,34%	24,25%

Fonte: PNAD-IBGE.

² Pobreza relativa é definida pelo corte de 60% da renda média familiar per capita total. Pobreza é definida pelo corte de 0,5 salários mínimos per capita. Indigência pelo corte de ¼ do SM per capita.

2.3 A evolução da estrutura ocupacional no Distrito Federal

A tabela 11 mostra a evolução da estrutura ocupacional por ramos de atividade no Distrito Federal e no Brasil. É notável a concentração de ocupação na administração pública. No DF, em 2008, cerca de 14% de todos os ocupados estão na administração pública, contra pouco mais de 5% da média nacional. Em 1988, essa proporção alcançava quase 19%.

Por conta disso, a economia do Distrito Federal se desenvolveu basicamente em torno do setor de serviços para atender a esses funcionários públicos. Nota-se que a proporção de ocupados no DF nos ramos agrícolas e da indústria é menor que a média nacional, ao mesmo tempo em que a proporção de ocupados na prestação de serviços é maior.

Tabela 11: Ocupados que trabalharam mais de 15 horas semanais e possuíam de 16 a 64 anos por Ramo de Atividade 1978-2008 (DF e Brasil)

Ramos de Atividade	1978		1988		1998		2008	
	Brasil	DF	Brasil	DF	Brasil	DF	Brasil	DF
Agrícola	29,50%	1,93%	21,96%	2,29%	19,03%	2,83%	14,22%	1,06%
Indústria de transformação	16,45%	6,26%	16,07%	5,17%	12,89%	4,61%	15,10%	4,20%
Indústria de construção	8,00%	11,89%	6,79%	6,40%	7,41%	7,54%	7,83%	6,79%
Outras atividades industriais	1,63%	1,92%	1,84%	2,04%	1,36%	1,49%	0,86%	0,51%
Comércio de mercadorias	9,86%	11,34%	11,63%	13,05%	13,94%	14,18%	17,91%	17,77%
Prestação de serviços	16,92%	27,26%	16,79%	24,12%	19,44%	24,39%	15,17%	19,59%
Serviços auxiliares da atividade econômica	-	-	3,30%	5,73%	4,16%	7,01%	-	-
Transporte e comunicação	4,17%	5,38%	4,08%	4,18%	4,34%	4,61%	5,31%	5,30%
Serviços Sociais	7,03%	10,86%	9,28%	12,02%	10,25%	14,50%	9,77%	12,07%
Administração pública	3,81%	17,57%	5,25%	18,85%	5,06%	14,82%	5,34%	13,86%
Outras atividades	2,63%	5,60%	3,02%	6,15%	2,12%	4,02%	8,48%	18,84%

Tabela 12: Ocupados que trabalharam mais de 15 horas semanais por Ramo de Atividade e faixa etária; 1978 – 2008, DF.

Ramos de Atividade	1978				1988			
	16 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 54 anos	55 a 64 anos	16 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 54 anos	55 a 64 anos
Agrícola	1,33%	1,55%	3,09%	6,72%	1,72%	2,15%	2,89%	4,24%
Indústria de transformação	7,17%	6,61%	4,19%	4,63%	6,37%	4,96%	4,34%	4,24%
Indústria de construção	10,49%	12,62%	12,65%	10,59%	4,51%	6,30%	7,56%	13,56%
Outras atividades industriais	0,95%	2,58%	2,04%	1,12%	0,80%	2,00%	3,05%	5,09%
Comércio de mercadorias	14,22%	10,88%	7,63%	11,99%	15,25%	14,30%	8,36%	9,32%
Prestação de serviços	35,12%	24,63%	20,87%	25,98%	30,90%	20,59%	24,92%	16,95%
Serviços auxiliares	-	-	-	-	8,22%	5,85%	2,73%	4,24%
Transporte e comunicação	5,78%	5,72%	4,26%	3,04%	3,05%	4,89%	4,18%	3,39%
Serviços Sociais	7,32%	13,09%	11,58%	9,47%	8,75%	13,48%	13,18%	10,17%
Administração pública	11,21%	17,00%	28,56%	22,32%	12,60%	19,55%	24,11%	22,88%
Outras atividades	6,41%	5,33%	5,14%	4,13%	7,83%	5,93%	4,66%	5,93%
	1998				2008			
	16 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 54 anos	55 a 64 anos	16 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 54 anos	55 a 64 anos
Agrícola	3,22%	2,32%	2,17%	8,26%	1,27%	0,48%	1,59%	1,93%
Indústria de transformação	4,77%	4,70%	4,55%	3,40%	3,57%	3,85%	4,82%	5,25%
Indústria de construção	6,11%	6,96%	8,57%	14,08%	5,64%	6,43%	7,36%	9,39%
Outras atividades industriais	0,56%	1,34%	2,50%	2,43%	0,58%	0,31%	0,82%	0,28%
Comércio de mercadorias	19,42%	12,36%	12,69%	13,10%	27,77%	18,32%	12,30%	14,09%
Prestação de serviços	28,63%	23,74%	21,48%	24,27%	18,20%	19,85%	19,85%	20,17%
Serviços auxiliares	8,22%	6,62%	6,40%	7,77%	-	-	-	-
Transporte e comunicação	4,44%	4,99%	4,34%	3,39%	4,26%	5,33%	5,71%	5,80%
Serviços Sociais	11,54%	15,49%	16,60%	9,71%	9,79%	13,69%	11,54%	9,67%
Administração pública	9,88%	17,30%	15,50%	12,63%	8,52%	11,02%	19,72%	19,06%
Outras atividades	3,22%	4,18%	5,20%	0,97%	20,39%	20,72%	16,29%	14,36%

Fonte: IBGE-PNAD

Tabela 13: Ocupados que trabalharam mais de 15 horas semanais e possuíam de 16 a 64 anos por Ramo de Atividade e gênero: 1978-2008, DF

Ramos de Atividade	1978		1988		1998		2008	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Agrícola	0,34%	2,78%	0,42%	3,60%	1,04%	4,20%	0,60%	1,45%
Indústria de transformação	3,34%	7,81%	2,97%	6,73%	3,43%	5,51%	3,89%	4,47%
Indústria de construção	0,83%	17,77%	0,51%	10,57%	1,17%	12,44%	0,85%	11,84%
Outras atividades industriais	0,54%	2,65%	0,76%	2,94%	1,29%	1,65%	0,34%	0,65%
Comércio de mercadorias	9,91%	12,10%	12,89%	13,15%	13,93%	14,37%	15,30%	19,86%
Prestação de serviços	45,94%	17,34%	35,79%	15,86%	34,85%	16,35%	29,62%	11,08%
Serviços auxiliares da atividade econômica	-	-	5,77%	5,71%	6,08%	7,73%	-	-
Transporte e comunicação	2,40%	6,96%	1,36%	6,19%	1,04%	7,35%	2,74%	7,48%
Serviços Sociais	18,76%	6,67%	18,57%	7,39%	22,70%	8,20%	18,59%	6,54%
Administração pública	13,47%	19,74%	15,78%	21,02%	11,41%	17,44%	12,13%	15,32%
Outras atividades	4,45%	6,20%	5,18%	6,85%	3,07%	4,76%	15,94%	21,31%

Fonte: IBGE-PNAD

Tabela 14: Ocupados que trabalharam mais de 15 horas semanais por Ramo de Atividade e faixa salarial; 1978 – 2008, DF

Ramos de Atividade	1978						1988					
	até 1 SM	1 a 1,5 SM	1,5 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	mais de 10 SM	até 1 SM	1 a 1,5 SM	1,5 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	mais de 10 SM
Agrícola	3,34%	0,65%	0,75%	1,22%	1,41%	0,76%	4,60%	1,57%	0,79%	0,55%	1,12%	2,34%
Indústria de transformação	6,00%	7,06%	7,38%	6,61%	4,34%	2,77%	4,27%	7,85%	5,67%	4,65%	4,09%	5,08%
Indústria de construção	13,08%	20,28%	9,98%	7,31%	2,38%	4,48%	5,02%	13,87%	9,14%	2,19%	3,35%	2,73%
Outras atividades industriais	1,65%	1,89%	2,08%	1,33%	2,92%	3,41%	0,53%	1,31%	2,84%	3,55%	3,35%	3,13%
Comércio de mercadorias	12,83%	9,76%	11,08%	11,97%	9,44%	5,41%	14,00%	15,19%	15,75%	12,84%	8,92%	4,30%
Prestação de serviços	42,95%	19,79%	15,55%	12,97%	11,70%	10,70%	49,03%	16,75%	16,22%	9,29%	6,32%	3,52%
Serviços auxiliares	-	-	-	-	-	-	5,13%	9,42%	4,41%	4,37%	5,95%	7,42%
Transporte e comunicação	3,55%	8,01%	7,16%	5,95%	4,97%	4,73%	2,78%	4,45%	6,14%	5,46%	3,72%	2,73%
Serviços Sociais	8,17%	11,36%	12,90%	15,58%	12,68%	12,93%	6,20%	11,78%	12,75%	19,12%	23,05%	10,16%
Administração pública	6,72%	16,73%	26,39%	29,48%	34,50%	32,68%	5,88%	14,14%	21,58%	32,24%	31,96%	33,59%
Outras atividades	1,71%	4,47%	6,74%	7,59%	15,65%	22,13%	2,57%	3,67%	4,73%	5,74%	8,18%	25,00%
	1998						2008					
	até 1 SM	1 a 1,5 SM	1,5 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	mais de 10 SM	até 1 SM	1 a 1,5 SM	1,5 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	mais de 10 SM
Agrícola	9,19%	1,32%	1,85%	0,18%	1,15%	1,15%	3,48%	0,43%	0,96%	0,18%	0,29%	0,66%
Indústria de transformação	5,04%	5,64%	4,77%	4,43%	2,88%	3,92%	5,27%	4,42%	6,53%	3,35%	1,32%	2,64%
Indústria de construção	8,54%	11,77%	9,40%	6,28%	2,50%	2,54%	8,30%	10,24%	7,77%	7,05%	2,63%	1,98%
Outras atividades industriais	1,55%	1,44%	0,46%	1,66%	1,92%	2,30%	0,22%	0,09%	0,38%	0,71%	1,75%	0,40%
Comércio de mercadorias	13,71%	15,37%	22,04%	11,25%	10,36%	9,22%	19,31%	21,77%	25,14%	17,28%	8,77%	8,19%
Prestação de serviços	47,61%	25,09%	35,90%	9,22%	6,15%	5,30%	40,52%	17,78%	26,39%	9,87%	7,02%	7,00%
Serviços auxiliares	3,49%	7,33%	8,17%	5,90%	7,68%	11,52%	-	-	-	-	-	-
Transporte e comunicação	2,07%	7,32%	4,78%	6,09%	3,64%	3,00%	2,69%	9,89%	3,74%	7,23%	3,95%	3,30%
Serviços Sociais	5,95%	13,57%	8,32%	22,69%	24,38%	18,67%	4,15%	10,06%	7,49%	16,93%	22,96%	17,30%
Administração pública	1,68%	8,29%	2,00%	29,15%	32,63%	30,64%	2,92%	4,68%	2,88%	16,58%	32,16%	37,26%
Outras atividades	1,16%	2,88%	2,31%	3,14%	6,71%	11,75%	13,13%	20,64%	18,71%	20,81%	19,15%	21,26%

Fonte: IBGE-PNAD

As tabelas 12, 13 e 14 mostram a evolução da estrutura ocupacional por ramos de atividade no Distrito Federal por faixa etária, gênero e faixa salarial respectivamente.

Na tabela 12, entre os jovens de 16 a 24 anos, nota-se que há um deslocamento da ocupação na prestação de serviços para o comércio de mercadorias (de 35,12% contra 14,22% em 1978 para 18,2% contra 27,77% em 2008). Entre os adultos de 25 a 39 anos, também há um aumento na ocupação do comércio de mercadorias, no entanto, destacam-se também quedas nas ocupações da indústria da construção e, principalmente, na administração pública. Por outro lado, entre os trabalhadores de 40 a 54 anos e os de 55 a 64 anos, houve um retorno da concentração da ocupação na administração pública. Há uma drástica queda da participação dessa atividade entre as ocupações em 1998 com relação a 1978 e 1988. Porém, esse processo foi revertido em 2008.

Na divisão da ocupação por gênero, além das diferenças tradicionais, isto é, maior participação dos homens na indústria da transformação e construção, e maior participação das mulheres nos serviços sociais (que incluem educação e saúde), destacam-se a maior concentração dos homens na administração pública e uma maior participação das mulheres na prestação de serviços. Entretanto, essas diferenças têm se reduzido ao longo do tempo.

A tabela 14 revela certa estabilidade da estrutura ocupacional no Distrito Federal por faixa salarial ao longo das décadas. Chamam a atenção a grande concentração da prestação de serviços entre aqueles que recebem até um salário mínimo e o aumento na concentração da administração pública entre aqueles que recebem mais de 10 salários mínimos, o que corrobora a explicação para a manutenção dos altos níveis de desigualdade no DF.

Considerações finais

Vimos neste comunicado que o Distrito Federal passou por grandes transformações sociais e econômicas ao longo de seus 50 anos, às vezes acompanhando a tendência nacional, outras vezes se descolando dela.

Podemos destacar o papel fundamental que o DF teve no desenvolvimento econômico da região, fazendo que a participação do Centro-Oeste no PIB brasileiro saltasse de aproximadamente 2,5% em 1960 para quase 10% em 2007. Da mesma forma, é notável a alta participação das mulheres como chefes de família no DF em comparação com o resto do País.

Por outro lado, devemos ressaltar que houve uma piora no acesso ao saneamento básico nas áreas rurais, indicando que o investimento público não foi suficiente para acompanhar a expansão demográfica nessas áreas. É necessário destacar também que o DF não acompanhou a queda da desigualdade que ocorreu no Brasil na última década, com uma distribuição de renda em níveis extremamente vexatórios, devido principalmente à concentração da estrutura ocupacional no serviço público.

Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República

